PROJETO DE LEI Nº..... DE 2003.

(Do Senhor Paes Landim)

Acrescenta os §§ 5º ao 8º ao art. 54, da Lei nº. 8.078 de 11 de setembro de 1990.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - O art. 54, da Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido dos §§ 5º a 8º seguintes:

“§ 5º - Quando o contrato for registrado em cartório de títulos e documentos ou constar de edital ou de meio público de divulgação, bastará ao fornecedor entregar, por escrito, as informações de que trata o art. 52 ao consumidor e a este assinar o termo de adesão, para se celebrar o pacto.

§ 6º - É permitida a exigência de emissão ou aceite de título de crédito pelo consumidor em garantia da dívida por ele assumida, porém a cobrança e execução se restringirão ao valor efetivamente não pago e proporcional ao tempo de utilização ou de disponibilidade do serviço ou bem adquirido, com os acréscimos permitidos por lei.

§ 7º - Em caso de desistência do consumidor antes de usar o bem ou ter início a prestação efetiva do serviço, não poderá ser retido pelo

fornecedor, a título de arras, arrependimento ou indenização de despesas, mais que 20% (vinte por cento) do valor que já houver recebido.

§ 8º - Não se tratando de contrato de adesão, prevalecerá o que for contratado pelas partes.”

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário;

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O contrato de adesão, por não deixar ao consumidor a opção de discutir suas condições, precisa ter bem definida a solução para problemas mais comuns que causam conflitos às partes, resguardando os interesses de quem adquire os bens ou serviços sem deixar o fornecedor ao arbítrio de interpretações aleatórias ou sem receber o que é justo, de modo a não causar maiores prejuízos às partes. Da mesma forma, a norma deve evitar expedientes que visem à inadimplência proposital.

Sala da Comissão, em 19 de março de 2003.

Deputado **PAES LANDIM**